



CENÁRIOS DA LEITURA INCLUSIVA NO BRASIL

A **Fundação Dorina Nowill para Cegos** é uma organização sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, dedicada à inclusão social de pessoas com deficiência visual. Uma das formas importantes para favorecer essa inclusão é a produção e a distribuição de livros em formato acessível, especialmente em braille, bem como o incentivo a essas atividades em instituições em todo o Brasil.

Tendo em vista essa finalidade, a Fundação Dorina encomendou ao Datafolha a realização desta pesquisa para levantamento de informações sobre a leitura inclusiva junto a três públicos importantes para compor estes cenários da leitura inclusiva no Brasil:

- Leitores com deficiência visual atendidos pelas instituições que recebem livros da Fundação Dorina ou que estão cadastrados na plataforma digital Dorinateca
- Instituições cadastradas para o recebimento de livros da Fundação Dorina
- Profissionais do mercado editorial, vinculados a editoras inscritas no Portal do Livro Acessível

A seguir, são descritos os principais resultados de cada um desses estudos, realizados entre os meses de maio e agosto de 2023.

LEITORES

Foram realizadas 400 entrevistas por telefone com leitores de 12 anos de idade ou mais, com baixa visão ou cegueira, que leram, ouviram ou acessaram livros no período de 4 meses antes da realização da entrevista. Esta amostra foi obtida a partir de

Rua Doutor Diogo de Faria, 558 • Vila Clementino - São Paulo/SP

www.fundacaodorina.org.br

(11) 5087-0999



listagem de 6537 registros fornecida pela Fundação Dorina. A margem de erro máxima para o total da amostra é de 5 pontos percentuais, para mais ou menos, considerando um nível de confiança de 95%.

Do total da amostra, 55% possuem cegueira e outros 45% baixa visão, 64% são mulheres e 36% homens, sendo a média de idade de 48 anos. Trata-se de um público com alto nível de escolaridade: 45% dos entrevistados cursaram ou cursam nível superior e outros 25%, pós-graduação (completo ou incompleto). Atualmente, 37% estão estudando, sendo que 11% fazem curso superior, 9% pós-graduação e 10% cursos livres.

Quase metade do público é economicamente ativo (44%), principalmente funcionários públicos e assalariados registrados. A proporção de pessoas economicamente ativas é 22 pontos percentuais menor que a observada em 2019. Os aposentados destacam-se por maior proporção relativa na Região Sudeste e entre os entrevistados com baixa visão. Os funcionários públicos chegam a 22% das pessoas com cegueira.

Entre quem trabalha, 23% trabalham em locais com presença de outros profissionais com baixa visão ou cegueira. Maioria tem renda familiar mensal de até 5 salários mínimos, 69%. A renda acima de 5 salários mínimos é mais citada no Sul.

O gosto pela leitura foi avaliado na pesquisa com uma nota de 0 a 10, sendo que dois terços dos entrevistados atribuíram notas 9 ou 10, resultado que evoluiu oito pontos percentuais em relação à amostra de 2019. O gosto pela leitura obtém notas mais altas entre os entrevistados com cegueira, em comparação com aqueles que têm baixa visão. A atribuição de notas 9 e 10 também é mais frequente entre os



entrevistados com 45 anos ou mais, assim como entre os que possuem níveis mais elevados de escolaridade, aproximadamente 70%, em cada um destes perfis.

Com taxas semelhantes às de 2019, a leitura é um hábito diário para 48% dos entrevistados, enquanto 32% leem pelo menos uma vez por semana. A frequência de leitura diária tende a ser mais alta em cidades das regiões metropolitanas, em comparação com as cidades do interior, e é maior entre pessoas com 45 anos ou mais e tendencialmente maior entre aquelas que possuem educação superior.

Quanto ao gênero mais lido, o público leitor aponta o literário (34%) como o mais ouvido e acessado, seguido por livros acadêmicos, estudos e religiosos, espiritualistas, com 21% e 20% respectivamente. O gênero literário é mais frequente entre o sexo feminino, enquanto os livros religiosos e espiritualistas se destacam entre os entrevistados com 45 anos ou mais, aqueles com educação básica, até três salários mínimos e os que não são economicamente ativos. Por outro lado, livros acadêmicos e de estudos são mais citados pelo sexo masculino, por pessoas até 44 anos, com ensino superior e entre os PEA.

Contudo, o gênero de livros acessíveis que o público leitor sente mais falta é o acadêmico e de estudos (40% sentem falta), seguido por livros religiosos e espiritualistas (20%). A falta dos livros acadêmicos é mais relatada pelo sexo masculino, público com até 44 anos, os entrevistados com educação superior e os economicamente ativos. Nesse ponto, lembramos que grande parte dos entrevistados possuem ensino superior, sendo assim, os livros acadêmicos, de estudo, são fundamentais para garantir o acesso a conhecimentos técnicos e específicos. Os religiosos, espiritualistas são mais citados entre o público feminino, pessoas com renda de até 3 salários mínimos, além dos NÃO PEA.



Quanto aos locais de busca de informações sobre livros acessíveis, a Fundação Dorina é mencionada por 46% dos entrevistados, em comparação com apenas 18% em 2019. Youtube vem em segundo lugar com 21% das menções (contra 3% em 2019), seguido por Redes sociais (20% agora e 11% em 2019); sites de livros, como o portal dos cegos e o Bengala Legal, com 16% (em comparação com 23% em 2019). A Fundação Dorina é uma importante fonte de informação na maioria das regiões. A taxa de indicação da Fundação Dorina é relativamente menor no Norte, onde as bibliotecas são mais citadas.

42% dos entrevistados leram em Braille, uma taxa de cinco pontos percentuais superiores à observada em 2019. A leitura em Braille é mais comum entre os entrevistados de cidades do interior e entre aqueles que têm cegueira. Entre o sexo masculino e a população economicamente ativa, a taxa daqueles que leem em Braille é maior do que entre os que não exercem atividade remunerada.

O livro falado e o formato digital (TXT, Word, PDF) são os mais utilizados, com 39% e 33% respectivamente, e, naturalmente, os mais comprados pelos leitores com deficiência visual: 37% compraram formato digital e 29% falados, audiolivros. Os livros falados e os audiolivros são mais frequentemente referenciados entre aqueles com 45 anos ou mais, educação básica, renda familiar mensal superior a três salários mínimos e que não fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA). Já os formatos digitais (TXT, PDF e Word) são mais relatados pelos entrevistados com idade até 44 anos, educação superior e que fazem parte da PEA.

A compra de livros acessíveis é declarada por 46% dos leitores e cerca de um terço desse grupo faz pelo menos uma compra por mês, sendo a média geral de 6 livros



comprados no último ano. Comprar livros acessíveis pelo menos uma vez ao mês é mais comum entre quem tem educação superior e entre a PEA, população economicamente ativa.

A compra de livros acessíveis em formato digital (TXT/Word/PDF) (37%) e em formato falado (29%), como audiolivros, são as opções mais adquiridas pelos leitores com deficiência visual. O formato Digital E-pub foi comprado por 18% dos entrevistados. No interior dos estados, a compra de formato digital como TXT, PDF, Word é mais citada do que em regiões metropolitanas. O digital E-pub é mais comprado por quem tem cegueira do que entre o público com baixa visão, pelo sexo feminino (versus masculino) e por quem tem educação superior (versus educação básica).

Comparando com 2019, observa-se queda na percepção dos leitores em relação à “facilidade de encontrar livros de literatura em geral” e à “disponibilidade de profissionais capacitados nos locais de leitura para atender pessoas com deficiência visual”. Além disso, todos os aspectos relacionados ao acesso físico e virtual às instituições e quanto a ter equipe preparada para trabalhar com pessoas com deficiência visual na educação apresentam uma queda na avaliação em comparação com 2019, tornando a percepção negativa ainda mais predominante.

Entre os aspectos avaliados, a qualidade dos formatos acessíveis tem notas menores entre quem têm renda familiar até três salários mínimos mensais. Facilidade para navegar nos sites de venda de livros se sai melhor entre pessoas com educação básica. Já facilidade para acesso nas áreas coletivas das instituições de estudo e leitura tem notas maiores entre quem tem educação básica e até três salários mínimos; ter profissionais capacitados também se sai melhor entre quem tem educação básica; o mesmo ocorre com facilidade para encontrar livros acadêmicos, didáticos técnicos. Ter recursos para transformar os livros em acessíveis em faculdades, universidades, escolas é tendencialmente mais bem avaliado entre os entrevistados com educação



básica e os não PEA; Facilidade de acesso aos locais é mais bem avaliado por quem possui educação básica.

O estudo também investigou as mudanças nos hábitos de leitura durante a pandemia. Durante esse período, 44% dos entrevistados disseram ter lido mais livros do que costumavam antes, enquanto 35% mantiveram a mesma frequência e apenas 20% leram menos do que antes. A redução na leitura durante a pandemia é mais citada entre os entrevistados até 44 anos, pessoas com educação básica. Ler mais livros é mais comum entre não PEA.

Quanto aos temas dos livros, há uma divisão entre os que mantiveram os que já estavam habituados e os entrevistados que informam ter incluído novos temas durante o período da pandemia: 46% continuaram lendo os mesmos temas; 43% ampliaram os temas e 9% mudaram, passando a ler livros de outros temas que não liam antes da pandemia.

Durante a pandemia maioria manteve a leitura utilizando os formatos habituais: 16% mudaram o formato dos livros acessíveis, com destaque para os livros falados, audiolivros (6%), digital TXT, WORD, PDF (4%) e PDF acessível (3%) que foram incluídos.

Ainda nesse período atípico e de restrição à circulação de pessoas, 60% dos entrevistados afirmaram que tiveram facilidade para acessar, comprar ou emprestar livros acessíveis (deram notas de 7 a 10 para isso), enquanto 40% relataram que não consideraram essa tarefa fácil (notas de 0 a 6).

Atualmente, a frequência de leitura permanece semelhante ao que costumava ser antes da pandemia para 40% dos entrevistados, enquanto 32% relatam que aumentou.



Por outro lado, 28% afirmam que a frequência diminuiu em relação ao período anterior à pandemia.

Quanto à compra de livros acessíveis, a percepção de que ela se mantém no mesmo patamar do período pandêmico é predominante, atingindo 55% do público, com 35% avaliando que diminuiu a compra e apenas 9% apontando que atualmente é maior.

No que tange ao conhecimento da Fundação, a quase totalidade dos entrevistados, 98%, conhecem a Fundação Dorina, tendo diferença de 30 p.p em relação ao estudo anterior. Entrevistados que moram na Região Norte conhecem menos a Fundação Dorina, em comparação aos residentes em outras regiões.

Maioria dos entrevistados que conhece a Fundação Dorina, pediu livro falado, audiolivro (63%) ou acessou a biblioteca digital (60%). Em comparação com os resultados obtidos em 2019, todos os indicadores relacionados à percepção do relacionamento com a Fundação Dorina tiveram aumento significativo. O pedido de livro falado, audiolivro é mais citado entre os entrevistados com 45 anos ou mais e entre os com renda familiar de 3 salários mínimos ou mais. Já o acesso à biblioteca digital é mais frequentemente relatado entre entrevistados com escolaridade superior, os que têm renda de 3 salários mínimos ou mais e entre os economicamente ativos.

Entre quem conhece a Fundação, 83% atribuem notas altas (9 a 10) para a contribuição da Fundação Dorina quanto ao atendimento e ações para pessoas com deficiência visual. Todos os atributos dos livros produzidos pela fundação têm avaliação positiva (com notas 9 e 10): qualidade (75%), vozes que gravam (71%), edição dos livros produzidos (69%), interpretações na gravação dos livros (64%) e faixas de áudio dos audiolivros (55%).

MERCADO EDITORIAL

A pesquisa com o mercado editorial utilizou metodologia qualitativa e foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, com duração de uma hora cada. As 15 editoras que participaram publicam livros de literatura e didáticos.

O objetivo da pesquisa foi conhecer o mercado editorial e a relação com a produção de material de leitura acessível: o que sabem sobre o assunto, quais produzem, quais canais os canais de contato e de solicitações de obras acessíveis, como percebem a acessibilidade dos leitores com deficiência visual aos livros e como percebem a Fundação Dorina, com relação a prestação de serviços.

Dos formatos acessíveis conhecidos pelas editoras, há o Braille – leitura e escrita para cegos por excelência; Audiolivros – uma alternativa para livros de texto corrido (literatura, autoajuda); Daisy – foi o 1º usado com leitores de tela, tinha menos recursos e foi substituído; e-PUB – formato de livro digital vendido por editoras, comumente usados por pessoas com deficiência visual com bons recursos de acessibilidade; HTML5 – novo formato exigido pelo MEC, melhor acessibilidade para pessoas com deficiência visual.

De acordo com um dos entrevistados (de editora de livros didáticos), com a Lei de Inclusão, tem havido um aumento crescente dos pedidos. Usuários, familiares e escolas estão mais conscientes dos direitos (abaixo a menção feita pelo entrevistado):

“Ano a ano vem aumentando isso é fato. Acho que por causa da aplicação da lei...tornou uma divulgação maior dos direitos desses alunos, então os pais estão mais bem informados. Acho que por causa da aplicação da lei...tornou uma divulgação maior dos direitos desses alunos, então os pais estão mais bem informados”



A maior parte das solicitações são feitas pelas escolas (coordenadores pedagógicos, professores e bibliotecários), abaixo uma menção:

“O caminho correto é que ele venha da escola...que seja feita uma carta com a solicitação identificando qual é a deficiência do aluno, e quais são os títulos”

Os pais também solicitam, conforme menção da editora:

“Em geral é a escola que faz pedido de material acessível, mas já tive algumas solicitações que vêm dos pais”

Além disso, os alunos universitários e adultos fazem por conta própria o pedido, de acordo com a menção:

“Eles mesmo falam com nosso departamento comercial”

A Fundação Dorina é percebida como a “Empresa” especialista em pessoas com deficiência visual por excelência, com o foco em publicações acessíveis. O diferencial da Fundação é ter pessoas com deficiência nas suas equipes de trabalho.

Os entrevistados que conhecem a Fundação ficaram encantados e descrevem da seguinte forma:

“Eu fui conhecer e foi ótimo ver as pessoas com baixa visão e cegas trabalhando. Foi muito impactante, achei bárbaro assim, muito incrível! As pessoas estão vivas, estão saudáveis, elas têm uma deficiência, mas elas estão muito além daquilo”

Poder contar com a Fundação Dorina como parceira para o preparo de material acessível é desejado por todas as editoras. A Fundação é considerada um dos maiores especialistas do país no assunto, junto ao Instituto Benjamin Constant no Rio de



Janeiro. Segundo os entrevistados:

“A gente tem uma relação com eles, eles já fizeram trabalhos pra gente. A gente de vez em quando passa pra eles, a gente tem plena confiança no trabalho deles, sabemos que são especialistas que contam com pessoas com deficiência na equipe pra fazer validação desses arquivos que pra mim é um aspecto superimportante, que falta pra nós”

“Normalmente a gente se associa a produtoras de renome, conhecidas. A Dorina com certeza é um dos nossos principais produtores, que nos auxiliam...não só produzem a acessibilidade, mas eles também se tornaram um produtor até mesmo de materiais digitais pra gente”.

INSTITUIÇÕES

Foram realizadas 201 entrevistas com instituições que possuem acervo de livros voltados para o público com deficiência visual, incluindo cegueira ou baixa visão, e que estão cadastradas para receber livros da Fundação Dorina. Nas instituições, foram entrevistadas as pessoas responsáveis pelo acervo de livros e pelo atendimento, incluindo o atendimento a pessoas com deficiência visual.

A amostra foi distribuída nas cinco macrorregiões brasileiras, conforme as proporções do cadastro da Fundação. A margem de erro máxima para o total da amostra é de 7 pontos percentuais, para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%, considerando o universo de 3.129 instituições, base para a amostra.

Dentre as instituições, 40% são bibliotecas públicas comunitárias (municipal, estadual, privada), mais presentes no interior com 46% (versus 29% nas RMs); 19% são



bibliotecas escolares; 16% são universitárias; 9% são escolas, escola técnica ou creche (mais presente na região sudeste, 17%); 7% são Universidades, Faculdades, Instituto Federal (maior que em 2019, eram 3%); centro especializado em atendimento de pessoas com deficiência fica com 5% (antes 12% em 2019); empresas privadas são 1% (eram 4% em 2019).

No que tange aos responsáveis pelo acervo de livros e atendimento, inclusive de pessoas com deficiência visual, 78% dos entrevistados são mulheres e 22% são homens. A média de idade é de 45 anos. 33% são bibliotecários, 17% diretores e 9% professores. 40% trabalham há mais de 10 anos, a média de tempo de trabalho é 11 anos; ao mesmo tempo, a média de tempo de trabalho com o público com deficiência visual é de 9 anos. Apenas 2% são responsáveis pelo acervo, mas não trabalham diretamente com o público.

Em 9 de cada dez instituições (92%) o acervo atende pessoas com e sem deficiência e 8% tem acervo voltado apenas para pessoas com deficiência, dados iguais a 2019.

O acervo de livros para leitores com deficiência atende apenas público com deficiência visual em 38% das instituições (eram 50% em 2019) e nas outras 62%, não só visual mas também auditiva e intelectual (cresceu em relação a 2019, eram 50%).

O acervo dos livros para o público com deficiência visual é disponibilizado para leitores da comunidade em geral em 70% das instituições e em 30% apenas para pessoas que trabalham ou são atendidas pela instituição - em 2019, 67% e 33%, respectivamente.

O número de atendimentos a pessoas com deficiência visual fica na faixa de 1 a 25 pessoas para 45% das instituições (na pesquisa anterior, 50%). Na faixa seguinte, de 26 a 100 pessoas, se identificam 8% da amostra, sendo que as regiões metropolitanas têm



públicos maiores, chegando a 14% nessa faixa. Instituições que não atenderam nenhuma pessoa representam 29% da amostra, contra 31% em 2019. Dessas instituições que não atenderam nenhuma pessoa com deficiência visual, metade delas indicam que não há pessoas ou há poucas pessoas com deficiência visual na comunidade. Outros motivos também foram citados em menor escala, como desconhecimento sobre a oferta de livros acessíveis, falta de interesse ou de incentivo ao usuário e localização distante.

As formas habituais disponibilizadas para acesso aos livros à pessoa com deficiência visual nas instituições são a leitura ou audição nas dependências da instituição, 97%, e o empréstimo presencial para leitura em casa, 93%. Há ainda 24% que disponibilizam o envio online (por e-mail, redes sociais, naturalmente para formatos compatíveis). Estes resultados ficam equivalentes ao estudo de 2019. O empréstimo presencial para leitura em casa é mais usual no interior, 97%, do que nas RMs (85%), enquanto empréstimos com envio online, por e-mail ou rede social, mais em regiões metropolitanas, 33%, do que no interior (19%).

Empréstimo presencial para leitura em casa é o mais frequente em 43% das instituições; leitura, audição nas dependências da instituição, para 37% delas. Comparando com o estudo de 2019, os patamares se mantiveram (46% e 33% respectivamente). O empréstimo presencial para leitura em casa é mais frequente no interior, enquanto leitura, audição nas dependências da instituição destaca-se nas regiões metropolitanas.

De acordo com os entrevistados, solicitar o livro pessoalmente costuma ocorrer em 96% das instituições; por telefone, 17%; E-mail e redes sociais vêm logo em seguida, com 13% e 10% respectivamente.



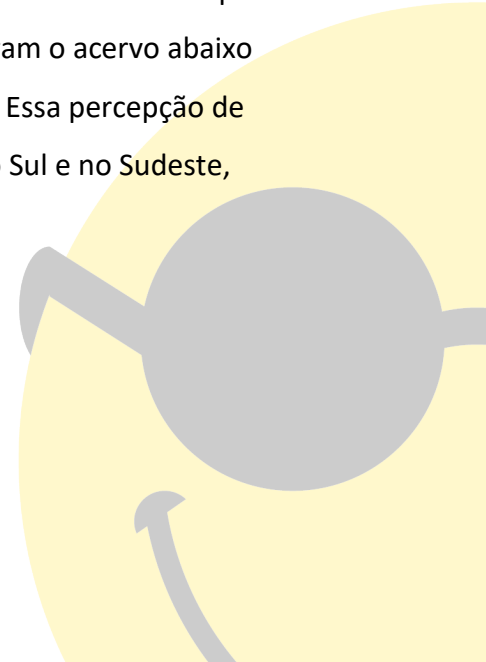
Em 58% das instituições, um frequentador sempre ou quase sempre encontra o que procura e em 42% das entidades há alguma dificuldade. E 8% declaram que o usuário nunca encontra o livro que está interessado. As instituições localizadas em cidades do interior tendem a relatar maior dificuldade nesse sentido que as das RMs.

Cerca de um terço dos entrevistados sentem que acessam muitas informações sobre material acessível. Para 43% o acesso é mediano, 26% afirmam que têm pouca informação e 1% nenhuma.

O evolutivo aponta aumento significativo na oferta de cursos para capacitação de profissionais das suas instituições: 47% das instituições afirmam oferecer esse tipo de curso e eram 34% em 2019. O restante, 53%, não oferecem cursos, 13 pontos percentuais a menos que na pesquisa anterior. A oferta de cursos de capacitação profissional nas instituições do interior é menos comum do que nas situadas em RMs.

No que tange ao acervo da instituição, braille, tinta braille, fonte ampliada e áudio livros são os formatos que mais fazem parte do acervo das instituições; enquanto digital daisy, digital e-pub e pdf/txt/word são menos comuns nos acervos das instituições.

Ao mesmo tempo, 45% das instituições consideram que possuem acervo maior do que a procura; 38% dizem possuir um acervo adequado e 17% consideram o acervo abaixo da demanda. Os resultados são similares aos observados em 2019. Essa percepção de acervo maior do que a procura é mais frequentemente relatada no Sul e no Sudeste, enquanto no Nordeste a situação é menos percebida.





Quanto aos gêneros literários em formato acessível, literatura infantil, infanto-juvenil e literatura brasileira e estrangeira são os gêneros mais comumente disponíveis para os leitores com deficiência visual nas instituições. Este último apresenta um crescimento em relação à pesquisa anterior, 9 pontos percentuais. Revistas, jornais e artigos têm maior disponibilidade em regiões metropolitanas que no interior. Livros didáticos, acadêmicos, técnicos são mais frequentemente relatados no Nordeste.

Da composição, 64% das instituições têm a maior parte de seu acervo composta por doações, dado que representava 70% em 2019. 24% têm a maior parte do acervo comprada e 11% afirmam que a compra e a doação estão na mesma proporção no acervo. As principais fontes para a composição do acervo são as Instituições, Ongs e Associações com 83% das respostas e a Fundação Dorina, com 81%, crescimento significativo desde 2019.

34% das instituições consideram que o principal desafio para promover a leitura acessível é o acesso a livros e materiais acessíveis: “falta de acesso aos materiais, acervo para pesquisas (14%)”, “disponibilizar mais materiais didáticos nos formatos acessíveis (9%)”; em 2019 o acesso a livros foi mencionado por 46% das instituições, o que indica tendência de melhora quanto a esta barreira em 2023.

A Capacitação de profissionais e a Divulgação e incentivo à leitura são mencionadas por 23% dos entrevistados, cada uma. O desafio da alfabetização em braille foi ligeiramente mais citado em relação à pesquisa anterior, especificamente para a menção “dificuldade em aprender, estudar o braille, é difícil memorizar os códigos” (de 2% em 2019 subiu para 8% em 2023).

89% das instituições realizam eventos e atividades de estímulo à leitura de modo geral, sendo que, destas, 57% realizam tais atividades utilizando os livros acessíveis. 57% das

instituições e organizações desenvolvem projetos, ações ou eventos de leitura acessível para pessoas com deficiência visual. Destas, 69% realizam na própria instituição, 36% na comunidade e 34% em escolas, universidades, faculdades. 63% das instituições consideram que a acessibilidade é uma pauta, missão da instituição, número que sobe 6 p.p em relação à 2019. 32% acreditam que seja algo mobilizado por um funcionário internamente; no ano de 2019, 6% não possuíam projetos, ações ou eventos de acessibilidade.

O conhecimento em relação à Fundação Dorina se mantém alto e nos mesmos patamares, com nove em cada dez dos entrevistados afirmando conhecer a Fundação, dado que em 2019 representava 91%.

Apenas 10% dos entrevistados não conhecem a Fundação. Ao mesmo tempo, a avaliação da Fundação mostra um aumento das notas 9 e 10 em relação ao estudo anterior:

- Contribuição da Fundação Dorina com a promoção de leitura acessível para pessoas com deficiência visual: de 86% em 2019 para 91% em 2023;
- Solicitação de livros para a Fundação ocorre de forma simples e prática: de 62% para 74% em 2023, crescimento significativo neste item;
- Incentivo da Fundação Dorina a parcerias com outras instituições para promover leitura acessível: de 65% em 2019 para 71% em 2023,
- Participou dos eventos de leitura acessível promovidos pela Fundação Dorina: de 11% em 2019 para 21% em 2023, com crescimento significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos três estudos, a Fundação Dorina se destaca tanto como local de procura para leitura acessível, quanto “empresa” que promove acessibilidade, além de fonte



de informação para o público leitor (com deficiência visual ou baixa visão). Sua atuação emerge como figura de proa na promoção do livro acessível – no entanto, o mais importante nesta pesquisa é identificar os possíveis gargalos ou entraves que atrapalham as alavancas de produção e distribuição dos livros acessíveis.

Especificamente sobre os formatos acessíveis de leitura, as editoras afirmam conhecer braille, audiolivros, HTML5 e livros digitais. Este último é o formato mais vendido pelas editoras e ao mesmo tempo o mais comum entre os leitores com deficiência visual. As editoras reconhecem o Braille como o formato de leitura e escrita para pessoas com deficiência visual por excelência. Entendem que a alfabetização das crianças depende do Braille. No entanto, poucas têm produção e a maioria se vê muito limitada em relação ao braille, pelos custos envolvidos e pela logística necessária para armazenar e distribuir. Assim, o mercado é dominado pelos formatos digitais: 37% do público leitor declara compra desse formato, enquanto 29% compram o falado, como audiolivros. Mesmo para a produção dos formatos digitais, especialmente o HTML5 definido pelo MEC, as editoras reportam alto grau de complexidade (em particular nos livros técnicos) e sentem falta de entender melhor a perspectiva dos seus usuários, no sentido de avaliar o funcionamento dos recursos de acessibilidade.

O gosto pela leitura é avaliado por dois terços dos entrevistados com notas 9 ou 10 e 48% reportam a leitura como um hábito diário. O gênero literário é o mais lido, 34%. No entanto, o gênero acadêmico, de estudos, didático é o que mais respondentes sentem falta (40%). Uma possível interpretação para isso é que em literatura pode haver mais aceitação dos títulos disponíveis, mais best-sellers, o leitor eventualmente aceita um título na falta de outro. Mas em livros acadêmicos e didáticos, especialmente em nível de universidade, tende a haver mais especificidade, pouca chance de trocar um título por outro e menor demanda de cada um. Segundo as editoras, a maior parte do pedido deste tipo de livro é feito pelos pais, alunos



universitários (adultos) e pelas próprias escolas. A lei da inclusão possibilitou um aumento crescente destes pedidos: o que pode indicar que, usuários, familiares e escolas estão mais conscientes dos direitos para a população com deficiência.

As instituições como bibliotecas, universidades e escolas são elos essenciais na distribuição de livros acessíveis, facilitando o acesso dos leitores. Os gêneros literários, literatura infantil, infanto-juvenil e literatura brasileira e estrangeira são oferecidos pela quase totalidade das instituições aos leitores com deficiência visual. Cerca de metade delas também disponibiliza livros acadêmicos e de estudo, o que corrobora a dificuldade do público com baixa visão ou cegueira em encontrar esses títulos. Outro fato que ilustra a dificuldade de acesso do leitor é a resposta de 58% das instituições indicando que um frequentador sempre ou quase sempre encontra o que procura, enquanto 42% das entidades reportam alguma dificuldade e 8% declaram que o usuário nunca encontra o livro que está interessado.

No que tange ao acervo da instituição, braille, tinta braille, fonte ampliada e áudio livros são os formatos que mais fazem parte do acervo das instituições; enquanto digital daisy, digital e-pub e pdf/txt/word são menos comuns nos acervos. Ao mesmo tempo, 45% das instituições consideram que possuem acervo maior do que a procura; 38% dizem possuir um acervo adequado e 17% consideram o acervo abaixo da demanda, sendo estes resultados próximos aos de 2019.

O acervo de livros para leitores com deficiência atende apenas público com deficiência visual em 38% das instituições, queda de 12pp em relação à 2019 e nas outras 62%, não só visual, mas também auditiva e intelectual (cresceu em relação a 2019, eram 50%).



Já o acervo dos livros para o público com deficiência visual, pelos dados da pesquisa, é disponibilizado para leitores da comunidade em geral em 70% das instituições e em 30% apenas para pessoas que trabalham ou são atendidas pela instituição - em 2019, 67% e 33%, respectivamente.

Voltando ao mercado editorial, a compra de livros acessíveis é declarada por 46% do público leitor. Alguns indicadores medidos na pesquisa confirmam uma avaliação que tende ao negativo para “facilidade de encontrar livros de literatura em geral” e para a não “disponibilidade de profissionais capacitados nos locais de leitura para atender pessoas com deficiência visual”.

Somando-se a isso, todos os aspectos relacionados ao acesso físico e virtual às instituições e quanto a ter equipe preparada para trabalhar com pessoas com deficiência visual na educação apresentam uma queda na avaliação em comparação com 2019, tornando a percepção negativa ainda mais predominante.

Esta visão dos leitores sobre as instituições pode estar relacionada aos níveis numéricos relativamente baixos de atendimento declarados pelos gestores e atendentes - a maioria recebeu entre 1 e 25 pessoas com deficiência visual no último ano e mais de um quarto delas não atendeu ninguém no perfil, situação similar à levantada no estudo de 2019. Das instituições que não atenderam nenhuma pessoa com deficiência visual, metade indica que não há pessoas ou há poucas pessoas com deficiência visual na comunidade. Outros motivos foram citados em menor escala, como desconhecimento sobre a oferta de livros acessíveis, falta de interesse ou de incentivo ao usuário e localização distante.

Em resumo, o estudo traz indicação consistente de uma série de dificuldades em propiciar aos leitores com deficiência visual a necessária inclusão no mundo da leitura, tão essencial ao ser humano. Portanto, cabe destacar as oportunidades para ações que



possam ampliar o grau de inclusão e garantir o acesso a uma gama mais ampla de publicações:

- Facilitar a criação de uma rede de comunicação entre leitores interessados nas publicações acessíveis e as organizações do setor, na tentativa de facilitar a comunicação com a rede de distribuição de literatura de diversos gêneros e formatos
- Ampliar a oferta de títulos acessíveis com qualidade e o necessário suporte às editoras para que isso ocorra, inclusive favorecendo a produção em braille pela sua relevância com fator de real inclusão
- Influenciar políticas públicas para viabilizar treinamento para as instituições, melhorando a capilaridade e a distribuição de livros acessíveis
- Incentivar a melhoria dos recursos de acessibilidade física nas cidades, em transportes, calçadas, etc, de modo a garantir acesso real às pessoas com deficiência visual.

Rua Doutor Diogo de Faria, 558 • Vila Clementino - São Paulo/SP

www.fundacaodorina.org.br

(11) 5087-0999

